

O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial

Everaldo Batista da Costa¹

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de valores no campo do patrimônio cultural tem uma preponderante dimensão *política*. As ações direcionadas para a “construção” do patrimônio cultural não representam apenas anseios simbólicos e cognitivos, mas, sobretudo, pragmáticos e concretos, em âmbito mundial. Meneses (1992, p. 189) também reconhece que a centralidade de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização), na atualidade, é política por natureza; uma preocupação política com o viés econômico predominante.

Isso implica em afirmar que a preservação do patrimônio adquire dupla funcionalidade, contraditoriamente; por um lado assume a busca da identidade, do saber, da história e da memória, que não podemos negar; por outro lado, o patrimônio adquire um caráter mercadológico, é um produto cultural fabricado, empacotado e vendido para platéias exclusivas; é uma dialética que envolve a questão patrimonial, hoje, também na América Latina, quanto são mundializadas, dentro de seu contexto, cidades como Diamantina no Brasil e Machupicchu no Peru. Segundo Choay (2006, p. 211),

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Devemos ter claro que o turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais, sendo que as cidades não são apenas núcleos emissores de turistas, mas também pólos receptores de intensos fluxos (CRUZ, 2003), o que se dá, em nosso entender, pelo fato de a incessante busca do lucro, ou da renda de monopólio, impor a procura ou o estabelecimento de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade nos lugares; daí Scifoni (2003, p. 08) afirmar que “a corrida para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial tem uma explicação: estar na Lista significa contar com um *status* internacional, prestígio e reconhecimento que é fundamental para o marketing do turismo.”

Estar na Lista do Patrimônio Mundial representa, para muitos países, a inserção de seus bens culturais na mundialização dos lugares, no circuito global de cidades, através da atividade turística, que requer a acumulação e reafirmação tanto de um “capital simbólico” (HARVEY, 2005) como de marcos de distinção. O que se identifica é que a partir da inscrição na Lista, promove-se um bombardeio de imagens “valorativas” que produzem simulacros da história, da tradição e da cultura local, onde o *marketing*, a respeito de realizações artísticas relacionadas a esses valores, presta um apoio necessário à formulação desse processo de

¹ Mestre em Geografia Humana, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professor da Faculdade Politécnica de Jundiá - SP (FPJ / Rede Anhanguera) e da Faculdade Santa Izildinha, em São Paulo.

valorização espacial; coroa-se, dessa maneira, o encontro da economia com a cultura, da “mercantilização” e da “preservação”, nos lugares, como se vê nas cidades latino-americanas inseridas, atualmente, no circuito internacional do turismo, especialmente nas cidades brasileiras consagradas como Patrimônio Cultural da Humanidade, como Diamantina, Congonhas do Campo e Ouro Preto, em Minas Gerais.

Logo, urge indagar até que ponto o Patrimônio Mundial pode ou deve se constituir em uma razão turística e até que ponto o turismo pode conservar, transformar ou afetar seriamente esses bens, além de devermos questionar o porquê do desequilíbrio da Lista do Patrimônio Mundial, com um olhar especial para a América Latina. Fato é que o Patrimônio Cultural da Humanidade revela-nos a riqueza histórica da mesma humanidade em constituição permanente, uma riqueza que, dialeticamente, vive um processo de “construção destrutiva” (COSTA, 2009), através das ações de preservação mediadas pelas necessidades de sobrevivência econômica da sociedade contemporânea (simultaneidade da “preservação” e da “mercantilização”), quer dizer, é uma preservação que se converte em mecanismo primeiro do desenvolvimento econômico local, por via do turismo, processo evidente, especialmente, nas cidades históricas brasileiras.

Assim, o **objetivo** do nosso trabalho é apresentar, criticamente e de forma panorâmica, a posição da América Latina na atual distribuição geográfica do Patrimônio Mundial, representada pela Lista do Patrimônio Mundial, frente à fetichização que acompanha o processo. Para alcançarmos esse objetivo, adotaremos como **método** a análise da lógica dialética da “preservação” / “mercantilização” que envolve os bens culturais do mundo em prol do desenvolvimento da atividade turística.

A GEOGRAFIA DESIGUAL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A Lista do Patrimônio Mundial recebe, todos os anos, novas inscrições de bens dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial. Com base na *Liste des Etats parties la Convention du patrimoine mondial, Répartition des biens du patrimoine mondial dans les Etats parties et Composition du Comité du patrimoine mondial depuis 1976*, editado pela 16ª Sessão da Assembléia Geral dos Estados-partes na Convenção do Patrimônio Mundial, no ano de 2007, identificamos a existência de 184 países signatários e nada menos que 851 bens² incluídos na Lista e distribuídos entre 141 dos países, uma distribuição que se apresenta, geograficamente, desigual.

De acordo com Silva (2003), o Comitê do Patrimônio Mundial, desde sua primeira sessão, objetivou promover um modelo de Lista do Patrimônio Mundial que representasse um **número equilibrado** de bens culturais e naturais de **todas as áreas do planeta**, a partir da idéia de *universalidade* que envolve a Lista. “Espera-se que um dia a Lista tenha um caráter plenamente universal e que sirva de referência definitiva das obras-primas da cultura e da natureza cujo destino concerne, hoje, a todos os países e a todos os homens” (ZARAGOZA, 1988, apud Silva, 2003, p. 91).

Bosque (1996) tenta justificar o que denominamos *geografia desigual da Lista*. Para ele, o desequilíbrio geográfico da Lista justifica-se pelas variações lógicas no desenvolvimento natural da história da Terra. O autor faz uma comparação entre o Brasil e a Espanha, onde o primeiro concentra maior número de riquezas naturais que o segundo, o que o faz ter maior número de bens naturais inscritos na Lista. Quanto aos bens culturais, a Espanha possui, de acordo com Bosque (1996), maior diversidade monumental retratada que o Brasil justifica-se por

² Os 851 bens englobam 660 sítios culturais, 166 sítios naturais (patrimônio natural) e 25 bens mistos. Adiantamos que estes dados sofrem alteração a cada ano, de acordo com as propostas de inscrição recebidas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural).

sua história “mucho más larga y mucho más complicada”, o que faz ser natural possuir maior número de bens inscritos. Para nós, essa *geografía desigual da Lista* só é entendida no plano da política e da economia mundial, ou seja, no próprio quadro das relações internacionais, na posição de cada país signatário, no cenário planetário, e não determinada pelo quadro natural ou histórico de cada país. Essa desigualdade está ligada, na verdade, ao poder de atuação/persuasão político-econômica de cada país signatário, uma vez que identificamos uma espacialização desequilibrada do Patrimônio Mundial, cuja distribuição dos bens esboça uma desigualdade perante uma humanidade que se diz e se quer constituída e integrada.

O mapa abaixo representa a lógica geográfica desigual que identificamos na Lista (UNESCO, 2007a). Primeiramente, indagamos o seguinte: Qual o critério adotado para a classificação dos bens do Patrimônio Mundial por regiões? Pois, aparecem distribuídos em cinco grandes regiões do globo, de acordo com a Lista estabelecida pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, da seguinte forma:

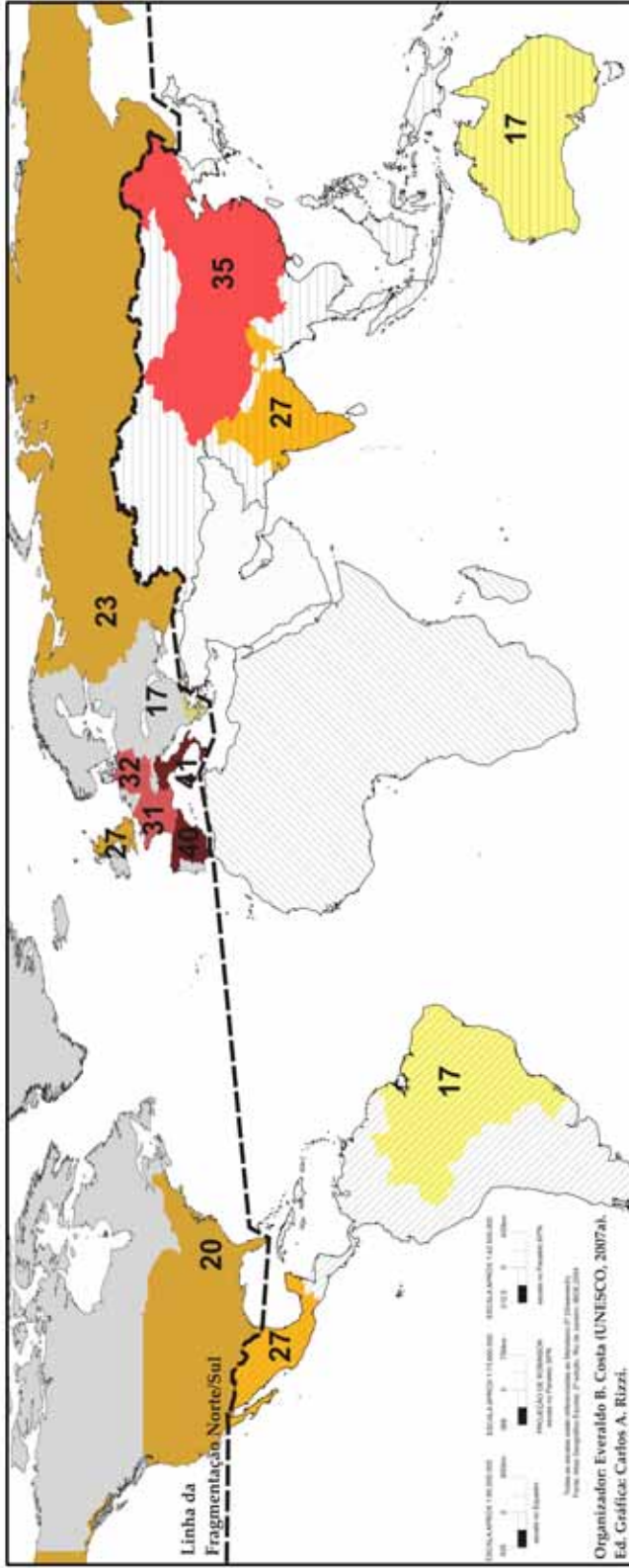
- 1) **Europa (inclusive Federação Russa) junto a toda América do Norte;**
- 2) África;
- 3) Ásia e Pacífico;
- 4) Estados Árabes; e
- 5) **América Latina e Caribe**, conforme o mapa.

Nosso segundo questionamento diz respeito aos motivos que levam os países signatários a uma corrida vertiginosa pela inscrição de seus bens culturais e naturais na Lista do Patrimônio Mundial, ocasionando uma verdadeira *frénésie* pela chancela da UNESCO.

O mapa (representação da Lista) remete-nos à velha concepção de um mundo bipolar, não no sentido do período da guerra-fria, do conflito entre capitalistas e comunistas (leste / oeste), mas, sobretudo, no contraste da hegemonia do “mundo do norte” sobre o “mundo do sul”, envolvendo a ideologia do capital e da mais-valia. A junção Europa / América do Norte, na classificação dos bens do patrimônio mundial, dá ainda mais visibilidade aos principais destinos turísticos do mundo, localizados nos dois continentes do hemisfério norte. Nossa análise leva-nos a considerar que é o desejo de maior “visibilidade” internacional o que orienta esse critério de “regionalização” tendencioso e parcial. Precisamos reconhecer também que essa supremacia dos países do norte na Lista do Patrimônio Mundial reflete um ideário de valores construídos e mundializados sob bases de uma hegemonia político-econômica construída no cenário internacional do pós-guerra, que demonstra um contínuismo cíclico da geopolítica mundial e da acumulação capitalista, como também mostra Scifoni (2006).

Ao representarmos, no mapa, os países com o maior número de bens inscritos na Lista, até contemplarmos o Brasil, verificamos que o México é o único país latino-americano, com um número significativo de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Reiteramos que este mapa não visa apontar o número de bens inscritos na Lista por todos os países do globo, mas os países mais representativos, o que nos aponta para uma concentração do patrimônio mundial no nos países do norte.

A GEOGRAFIA DESIGUAL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL



Nessa fragmentação norte / sul esboçada pelo mapa acima (Linha da Fragmentação Norte/Sul), fica evidente que mais da metade dos bens inscritos pertencem aos países do norte, com forte concentração nos países europeus, como demonstramos, também, no gráfico 01, abaixo.

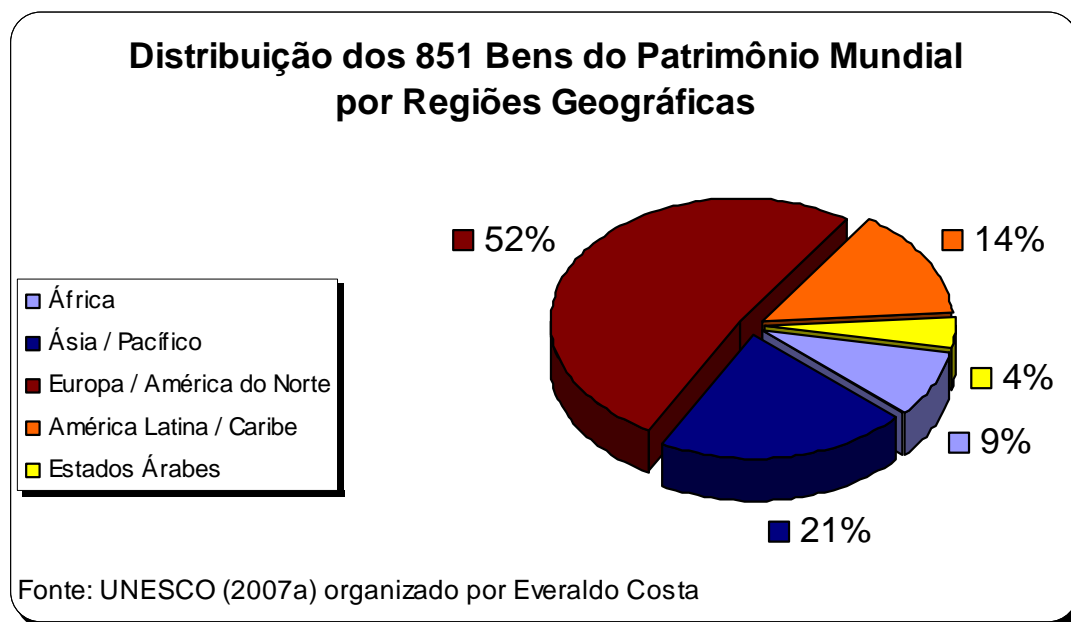


Gráfico 01

Encabeçam a Lista, a Europa e América do Norte, que, de acordo com o critério da UNESCO, aparecem como uma região única representativa. Segue a Ásia, depois América Latina, a África e por fim, os Estados Árabes. Afirmar que o desequilíbrio da Lista deve-se ao longo processo de produção territorial ou “formação socioespacial” (SANTOS, 2004) dos países consagrados é, no mínimo, desenvolver a análise na ótica eurocêntrica, pois temos, na representação, por um lado, os Estados Unidos liderando junto à Europa na classificação dos bens inscritos da Lista, um país de formação territorial, relativamente, recente; por outro lado, temos os Estados Árabes, cuja produção de seus territórios e formações culturais datadas de milênios, como os relegados do processo, são pouco representativos na Lista (as guerras pelas quais passaram teriam devastado todo acervo cultural desses países, como ocorreu no Iraque?). A tendência da hegemonia econômica dos países do norte persiste, agora, forjando-se uma nova mercadoria, o Patrimônio Cultural da Humanidade, consagrado, singularmente, pelo turismo, uma das “indústrias” que mais cresce em todo o mundo.

EM BUSCA DO EQUILÍBRIO DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Apesar do desequilíbrio geográfico na distribuição dos bens mundiais, que identificamos através da Lista do Patrimônio Mundial, é necessário esclarecer que, em 1994, o Comitê do Patrimônio Mundial lançou sua *Stratégie globale pour une Lista du patrimoine mondial équilibrée, représentative et crédible* (UNESCO, 2007), para responder à preponderância dos bens culturais sobre os bens naturais, na Lista, e também numa tentativa de deixar claro o próprio “desconforto” da Organização pelo fato de a maioria dos bens estarem situados nos países desenvolvidos, notadamente, na Europa junto com os EUA, dada a regionalização representativa estabelecida pela própria UNESCO. Decorridos 15 anos, o

desequilíbrio permanece, a hegemonia do norte continua notória, conforme nosso mapa e gráfico 01 citados acima.

A análise de Scifoni (2006) remete-nos à existência de um fervor “contemporâneo ao culto do passado”, na Europa, de forma que a preservação do patrimônio atinge um estágio tal que se tornou um princípio primeiro, se generalizou como fundamental, alcançando um excesso de conservação, naquele continente. Jeudy (2005, apud Scifoni, 2006, p. 62) cita as evidências desse excesso: “a prioridade total nos centros históricos pela restauração de fachadas; o esgotamento da identificação e da proteção do patrimônio industrial; a expansão das pesquisas etnográficas que buscam identificar todas as espécies de rito, de simbolismos; a preservação até mesmo a memória de catástrofes”. De acordo com o autor, essa “obsessão” pelo patrimônio tem relação com a formação de uma consciência coletiva dos riscos da perda dos referenciais de memória e de identidade, que se desenvolveu nas últimas décadas.

Todavia, ao analisarmos os dados da UNESCO, fica claro que não é apenas a necessidade de se preservar a memória do passado que permeia a “obsessão” atual pelo patrimônio. Os bens culturais passam a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento do turismo internacional, haja vista o número crescente de bens inscritos, nos últimos anos, pelos principais destinos turísticos do mundo, inclusive, fora da Europa. Vejamos a tabela 1, que traz a classificação, por ordem decrescente, dos bens do patrimônio mundial, “coincidentemente”, alguns dos principais destinos do turismo internacional. Notemos a quantidade de bens inscritos na Lista por parte dos países do norte.

<i>PAÍSES COM O MAIOR NÚMERO DE BENS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ O ANO DE 2007. OS PAÍSES REPRESENTADOS EM NOSSO MAPA.</i>	
PAÍS	Nº DE BENS NA LISTA
Itália	41
Espanha	40
China	35
Alemanha	32
França	31
Índia	27
MÉXICO	27
Reino Unido	27
Federação Russa	23
Estados Unidos	20
Austrália	17
BRASIL	17
Grécia	17

Tabela 1 / Fonte: UNESCO (2007a) – organizado por Everaldo Costa

O turismo contribui para uma crescente busca do sentido estético das formas; formas que esvaziadas de seu conteúdo, conduzem à cumplicidade com o fetichismo, processo revelado pelos novos caminhos da pós-modernidade, segundo Lencione (1999). Para a autora, a valorização do aparente fez com que a estética se apresentasse como um novo e valorizado mito da sociedade. “Tanto quanto no Iluminismo, quando o progresso aparecia como um mito; no momento atual, a estética se apresenta como mito e como tal paira acima do bem e do mal” (LENCIONE, 1999, p.182).

Essa valorização das formas, da estética, em detrimento ao conteúdo significativo, correlaciona-se ao que Harvey (2005) considera como a busca de singularidades e produção de um capital simbólico (que ocorre, sobretudo, no plano do lugar, no nosso entender), na perspectiva de se atingir a renda de monopólio e não apenas o lucro. O turismo contribui no alcance dessa meta; o que, no limite, explica a corrida vertiginosa dos países pela inscrição de seus bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, forjando uma irreplicabilidade fundamental para a expansão do capitalismo e a reprodução local do capital.

Torna-se premente questionar até que ponto o Patrimônio Mundial pode ou deve se constituir em uma razão turística e até que ponto o turismo pode conservar, transformar ou afetar seriamente esses bens. O que fica claro é que o Patrimônio Cultural da Humanidade revela-nos a riqueza histórica da mesma humanidade em constituição permanente, uma riqueza que, dialeticamente, vive um processo de “construção destrutiva” (COSTA, 2009), através das ações de preservação mediadas pelas necessidades de sobrevivência econômica da sociedade contemporânea, quer dizer, é uma preservação que se converte em mecanismo primeiro do desenvolvimento turístico, da mercantilização de cidades simbólicas do processo civilizacional das nações.³

O patrimônio é difundido, sobretudo, pelo desenvolvimento de uma lógica que ganha fôlego a partir da década de 1960, mundialmente, através da exploração turística via bens culturais, não pelas propostas primeiras dos organismos de preservação. Para Nigro (2001), a exploração turística do patrimônio cultural vem ganhando destaque como instrumento de salvaguarda, viabilizando intervenções de restauro e conservação de bens culturais como ações de mercado; vê-se o amálgama das políticas de preservação com as ações interesseiras da “indústria cultural”. A exploração turística do patrimônio acarreta, progressivamente, na sua intensa mercantilização e esgotamento, reduzindo-o a uma imagem-simulacro ao ser metamorfoseado seu conteúdo significativo, histórico e cultural. Nesse contexto, o Comitê do Patrimônio Mundial sugere, dado as ameaças que as cidades estão sofrendo com as novas dinâmicas do mercado, uma **gestão do patrimônio que permita estabelecer a compreensão dos valores dos bens para os habitantes e o público em geral**, e também sensibilizar a população da necessidade de proteção dos bens, dado seu valor educativo e seu potencial para o desenvolvimento social e econômico, nos lugares, de forma, sempre, **participativa** (UNESCO, 2007b, tradução nossa); questão que é negligenciada no Brasil.

Assim, o patrimônio, o espetáculo e a exibição se transformam em símbolos de comunidades dinâmicas que têm na valorização simbólica aparato para a valorização do espaço e a conseqüente transformação da cultura em um novo gênero de mercadoria engendrada pela confusão entre a cultura e o lazer, na era da mundialização dos lugares. Segundo Arendt (1972, apud Mohen, 1999, p. 48),

(...) não quer dizer que a cultura se espalha pelas massas, mas que a cultura é destruída por engendrar o lazer. O resultado não é uma desintegração, mas a morte (..) O resultado não é sobre uma cultura de massa que, propriamente dita, não existe, mas um lazer de massa que se sustenta dos objetos culturais do mundo. Acreditar que uma tal sociedade seja cultivada com o tempo e o trabalho da educação é, acredito, um erro fatal. (tradução nossa).

Nossa crítica é baseada no caráter meramente estético da apropriação do patrimônio via turismo cultural implantado, descompromissadamente, no espaço social, em sua fetichização

³ Os bens culturais do mundo são, hoje, cultura, mercadoria, dinheiro e “imagem mercadoria” dentro da fluidez contemporânea, das possibilidades de transparência advindas da técnica, da ciência e da informação.

e “banalização pela cenarização progressiva” que envolvem cidades históricas como Diamantina, Congonhas do Campo e Ouro Preto, no Brasil. Essas cidades são tomadas pelo capital especulativo e hegemônico obediente aos interesses globais e indiferente ao lugar e seu entorno, retratando o que Santos (2000) reconhece como ações externas individualizantes que não buscam sentido de benefícios para a vida local.

A indústria patrimonial desenvolveu os recursos de embalagem que também permitem oferecer os centros e os bairros antigos como produtos para o consumo cultural. Estados e municípios a eles recorrem de forma reservada e discreta ou abertamente, em razão de suas opções sociais e políticas, mas sobretudo de acordo com a natureza (dimensões, caráter, recursos) do produto a ser lançado e segundo a importância relativa da renda que se espera obter (CHOAY, 2006, p. 224).

Fica claro para nós, dentro da perspectiva da consagração do Patrimônio Cultural da Humanidade (que é consagrado esboçando uma Lista do Patrimônio Mundial geograficamente desigual), que os bens – (inscritos dada a irreplicabilidade da formação urbano-ambiental que responde aos caracteres de universalidade, excepcionalidade e autenticidade exigidos pela UNESCO, apesar de representantes incontestes de *paisagens urbanas históricas e paisagens naturais* herdadas para a humanidade) – vêm sendo apropriados e transformados nos mais novos redutos do turismo internacional através das alegações de singularidade e autenticidade, agora, (re)criadas pela influência de um novo discurso, o dos agentes públicos e privados ligados ao ***processo que resulta da intensa mercantilização das formas culturais***, ou seja, à “indústria cultural” por via do turismo, que a partir das “ideologias” enredadas pelo capital especulativo, tende a pasteurizar a sociedade e os lugares.

Devemos considerar que a *promoção* de um lugar como *singularidade* ocorre através do apelo à tradição ou pela descrição direta de alguma característica notável local (a *paisagem urbana histórica* é colocada à venda). Na lógica da “indústria cultural”, modos de distinção devem ser “criados” para se sustentar alegações e discursos que estabeleçam o aumento da renda por meio da diferenciação e do posterior consumo do lugar. É nesse sentido que identificamos o papel da mídia na dinamização da “indústria cultural”, que metamorfosea o conteúdo histórico, artístico e cultural do patrimônio para que ocorra seu consumo, ou seja, esse processo fecha a jogo relacional, simultâneo e contraditório que denominamos *dialética da construção destrutiva* (COSTA, 2009). Consagra-se um Patrimônio Mundial a ser “preservado” para, no próprio processo de consagração, inseri-lo no mundo da mercadoria, como um produto embalado e pronto para o consumo turístico. Tem-se uma simultaneidade que existe apenas dessa forma, enquanto uma dialética necessária à produção do patrimônio-mercadoria.

É dentro dessa contradição entre a “preservação” e a mercantilização do patrimônio que identificamos uma Lista do Patrimônio Mundial desequilibrada, com o maior número de bens inscritos localizados no hemisfério norte.

O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

O mapa apresentado anteriormente representa os países com o maior número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial até o número representado pelo Brasil, com uma quantidade 17 bens inscritos. Estrategicamente, não apresentamos todos os países latino-americanos, no mapa acima, a fim de enaltecer a preponderância européia e norte-americana nesta representatividade. Contudo, deixamos, abaixo, uma tabela contendo os países latino-

americanos e caribenhos contemplados e o número de bens inscritos por cada um na referida Lista do Patrimônio Mundial.

<i>PAÍSES LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS REPRESENTATIVOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL</i>	
PAÍS	Nº BENS
México	27
Brasil	17
Peru	10
Cuba	8
Argentina	7
Bolívia	6
Colômbia	6
Chile	5
Equador	4
Panamá	4
Guatemala	3
Venezuela	3
Costa Rica	2
Honduras	2
Suriname	2
Belize	1
Uruguai	1
Dominique	1
El Salvador	1
Haiti	1
Nicarágua	1
Paraguai	1
República Dominicana	1
Santa Lúcia	1
São Cristóvão e Névis	1

Tabela 2 / Fonte: UNESCO (2007a) – organizado por Everaldo Costa

Observando a tabela 02, acima, em relação com o mapa, o gráfico e a tabela 01, podemos afirmar que o sucesso recente dos patrimônios deve-se mais à sua inclusão no mundo da mercadoria do que a uma questão de formação de consciência da importância da história e da natureza (SCIFONI, 2006, p. 65). Logo, há uma corrida pela inscrição dos bens culturais e naturais por parte dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, onde os “vencedores” de tal corrida são os países maiores representantes na Lista do Patrimônio Mundial, os europeus. De acordo com Lemos (2006, p. 36), a América Latina tem de se apressar para entrar num mundo que está ficando cada vez menor. No caso de sua representatividade na Lista, deve fazer valer sua longa história de luta e resistência perante os países capitalistas mais avançados, que produziram territórios caracteristicamente híbridos do ponto de vista das formas e dos conteúdos, fora da Europa. A inserção dos países latino-americanos nesta corrida deve se dar no sentido verdadeiro do resgate de sua saga histórica, política e cultural, no intuito de preservar e divulgar para a humanidade seus valores forjados ao longo de uma história escrita pelo sacrifício de uma massa nativa e em benefício da formação de impérios coloniais que buscavam ampliar seus mercados e viviam guerreando entre si.

Nesse sentido, a efervescência da lógica mercantil patrimonial que banaliza os lugares e seus habitantes, de forma evidente no âmbito de algumas cidades históricas brasileiras, por exemplo, levou-nos a crer na importância da análise sobre a distribuição geográfica dos bens

culturais do mundo consagrados pela UNESCO, onde identificamos a negligência com as regiões menos ricas do mundo, caso da América Latina, menos representativa na Lista.

Este artigo não objetiva estimular a corrida pela inscrição dos bens culturais e naturais dos países latino-americanos na Lista do Patrimônio Mundial, mas apontar a negligência com a qual o patrimônio cultural da humanidade é tratado, enquanto o mais novo “produto” resultante da lógica do capitalismo, no mundo. Não é mero acaso os principais países envolvidos no turismo internacional serem os que possuem o maior número de bens inscritos na Lista. Os países latino-americanos devem sim buscar o reconhecimento da universalidade e excepcionalidade de seu patrimônio na própria UNESCO; em primeiro lugar, no intuito de resguardar os símbolos de nossos séculos de resistência diante dos interesses “alienígenas”; em segundo lugar, para divulgar sim para o mundo a riqueza de nossa história, de forma participativa e comprometida com as comunidades locais, fazendo-as parte integrante do processo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CRUZ, Rita de C. A. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: ROCA, 2003.
- COSTA, Everaldo Batista. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)*. São Paulo: DG/USP – Dissertação de Mestrado – FFLCH, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEMONS, Amália Inés G. América Latina: à procura de uma geografia mestiça. In: LEMONS, A. et al. (orgs.) *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Ed. Clacso, 2006.
- LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: D.P.H, 1992.
- MOHEN, Jean-Pierre. *Les Sciences du Patrimoine: identifier, conserver, ressaureur*. Paris. Éditions Odili Jacob, 1999.
- NIGRO, Cíntia. *Territórios do Patrimônio. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. São Paulo: USP/ Dissertação de Mestrado, FFLCH, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SCIFONI, Simone. *Patrimônio Mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização*. São Paulo. Revista Geosp – Espaço e Tempo, n° 14, 2003.
- SCIFONI, Simone. *A construção do Patrimônio Natural*. São Paulo: DG/USP - Tese de Doutorado – FFLCH, 2006.
- SILVA, Fernando F. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.
- UNESCO. *Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle*. Paris, 2007.
- UNESCO. *Liste des Etats parties la Convention du patrimoine mondial, Répartition des biens du patrimoine mondial dans les Etats parties et Composition du Comité du patrimoine mondial depuis 1976*. Paris, Siège de l’UNESCO, 2007a.
- UNESCO. *Plans de gestion et protection, outils de conservation et de promotion des biens du patrimoine mondial*. Paris, Siège de l’UNESCO, 2007b.